

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.832 - PR (2019/0012784-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : GILBERTO DE CAMARGO BARROS**  
**ADVOGADOS : CELSO ARAÚJO GUIMARÃES - PR024916**  
**ANDRE EIJI SHIROMA E OUTRO(S) - PR063833**  
**AGRAVADO : LEILA ZORZETTO**  
**ADVOGADOS : JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO E OUTRO(S) -**  
**PR008862**  
**EDWARD FABIANO ROCHA DE CARVALHO - PR035212**  
**ALICE DANIELLE SILVEIRA DE MEDEIROS - PR049070**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. 2. PROVA PERICIAL INDEFERIDA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. PRECLUSÃO. SÚMULA 83/STJ. 3. MÁ-FÉ DEMONSTRADA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVÊ-LO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Gilberto de Camargo Barros contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Inferre-se dos autos que a Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná conheceu parcialmente e, nessa extensão, negou provimento ao apelo do ora agravante, bem como desproveu o recurso adesivo da ora agravada, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 401):

APELAÇÃO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PRECLUSÃO TEMPORAL. RECURSO NÃO CONHECIDO, NESTE PONTO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, DEVIDA. MÁ-FÉ EVIDENCIADA. COBRANÇA DE DÍVIDA PAGA. INTELIGÊNCIA DO ART. 940 CÓDIGO CIVIL C/C SÚMULA 159 DO SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, DEMONSTRADA. SENTENÇA MANTIDA. APELO ADESIVO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. DESCABIMENTO. APELO CONHECIDO. EM PARTE. E. NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO. APELO ADESIVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, eles foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o recorrente indicou divergência jurisprudencial e violação aos arts. 314, 324, 352 e 940 do CC; e 1.013, *caput* e § 1º, do CPC/2015.

Afirmou que não incidiria a preclusão no que tange à alegação de cerceamento de defesa por indeferimento do pedido de produção de prova pericial, porquanto a apelação devolveria ao Tribunal a análise da matéria.

Sustentou que os elementos constantes nos autos não comprovariam a sua má-fé, considerando que: (i) não seria obrigado a receber em parcelas não ajustadas; (ii) a devedora não teria indicado à qual das dívidas se referia o pagamento; (iii) o pagamento teria sido feito por terceiro; (iv) a devedora não teria respondido à notificação extrajudicial que lhe foi encaminhada; e (v) seria lícito presumir que a dívida ainda não tinha sido paga, já que ainda estava na posse do título de crédito.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Não se revela cognoscível a irresignação deduzida por meio da alínea *c* do permissivo constitucional, porquanto o recorrente não demonstrou a divergência nos moldes exigidos pelos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

É assente nesta Corte Superior que a mera transcrição de ementas e trechos do voto, sem a realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea *c* do permissivo constitucional.

Sobre o tema, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. LEGITIMIDADE DO EXECUTADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O recorrente deixou de comprovar o dissídio pretoriano nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, notadamente por ter deixado de transcrever os trechos dos acórdãos em confronto e não ter efetuado o necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes, tampouco indicado o repositório oficial ou juntado cópia do inteiro teor dos julgados paradigmas.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1023675/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017)

Passa-se à análise do recurso especial interposto com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional.

De início, é importante destacar que a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que a ausência de impugnação, no momento oportuno, da decisão que indefere a produção de prova, enseja a preclusão da matéria.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS PRETÉRITOS. REVISÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO. PRECLUSÃO.

(...)

3. Ocorre a preclusão contra o despacho que diz respeito à produção de prova quando a parte não o impugna no momento oportuno.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1042317/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 11/06/2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. PROVA PERICIAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PRECLUSÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. INVERSÃO DA PROVA. VEROSSIMILHANÇA DA PRÁTICA DE AGIOTAGEM.

(...)

2. A não interposição de recurso contra a decisão que indefere o pedido de prova pericial acarreta a preclusão da matéria, impedindo a parte de rediscuti-la em momento posterior. Precedentes.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1196519/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 04/08/2015)

Dessa forma, por estar o acórdão estadual em consonância com a jurisprudência do STJ, incide, no ponto, o enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

No mais, verifica-se que o Tribunal de origem, soberano na análise de fatos e provas, entendeu que teria ficado evidenciada a má-fé na cobrança realizada pelo ora recorrente, conforme excerto abaixo transcrito (e-STJ, fls. 413-414):

Assim, para que a restituição se opere em dobro, mister se faz a demonstração da má-fé, o que restou evidenciada no caso em apreço considerando que mesmo após a apresentação dos comprovantes de pagamento, em embargos à execução, o apelante continuou insistindo que o débito estava em aberto (Ref. Mov. 1.2, fl. 88), ressaltando que os depoimentos pessoais do ora apelante foram neste mesmo sentido.

Sobre este ponto, bem consignou a magistrada "a quo":

*A embargante aduz que o embargado litigou de má-fé. pois teria alterado a verdade dos fatos, bem como cobrou por dívida paga. Assiste razão a embargante. Pois, é muito claro para esta magistrada que a parte alterou a verdade dos fatos, ocultou informações de que não teria recebido o valor executado antes mesmo do ajuizamento da demanda.*

*O embargado impugnou o fato de que recebeu o valor referente ao cheque de fls. 48, o que comprova claramente que alterou a verdade dos fatos para enganar o juízo. {Ref. Mov. 1.5, fl. 315}.*

Assim, devida é a restituição em dobro do indevidamente cobrado, nos exatos moldes da sentença.

Para derruir a convicção formada, entendendo pela ausência de comprovação da má-fé do recorrente, seria necessário o reexame fático-probatório, providência vedada na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, desprovê-lo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do débito.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

